



Corpos e dizeres: barreiras e possibilidades na formação em Matemática para estudantes com deficiência física

Luiza Batista Borges ¹

Juliana Schumacker Pudell ²

Amanda Azevedo Abou Mourad ³

Asaph Ortolani Bedoia ⁴

Este artigo emerge das discussões desenvolvidas na disciplina Seminários Avançados II, do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEduMat), que nos instigou a refletir criticamente sobre os demarcadores sociais e suas implicações na constituição das desigualdades. A partir desse contexto, optamos por problematizar a deficiência enquanto demarcador social, compreendendo-a não como condição individual e corporal, mas como fenômeno constituído nas relações entre sujeito, instituição e sociedade. O trabalho tem como objetivo discutir a narrativa de um estudante com deficiência física, matriculado no curso de Licenciatura em Matemática em uma Universidade do Mato Grosso do Sul, buscando compreender como ele constrói sentidos sobre sua trajetória pessoal e universitária. Esse diálogo possibilitou um espaço no qual o participante relatou, em primeira pessoa, suas experiências formativas. As discussões da narrativa evidenciaram que as barreiras enfrentadas vão além da acessibilidade física, abrangendo dimensões pedagógicas, simbólicas, urbanas e subjetivas. Apoiando-se em referenciais teóricos que articulam o modelo social da deficiência e a perspectiva interseccional, o artigo dialoga com autores brasileiros que discutem desigualdades educacionais, políticas de inclusão e formação docente. Os resultados indicam que a acessibilidade no ensino superior se constitui de forma instável e contraditória, configurando a inclusão menos como um estado alcançado e mais como um processo em disputa, atravessado por tensões entre direitos legalmente consagrados e práticas institucionais concretas.

Palavras-chave: Deficiência Física; Inclusão; Ensino Superior; Licenciatura em Matemática; Demarcadores Sociais.

Entre começos

No âmbito da disciplina Seminários Avançados II, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEduMat), fomos instigados pela docente responsável a refletir criticamente sobre os chamados demarcadores sociais e suas implicações na constituição das desigualdades que atravessam o

¹ Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e-mail: luizaborges84@gmail.com

² Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e-mail: juli.pudell@gmail.com

³ Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e-mail: amanda.mourad@ufms.br

⁴ Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, e-mail: ortolani.bedoia@hotmail.com



cotidiano. Tal proposta nos convidou a olhar para além das estruturas formais de ensino e aprendizagem, compreendendo como determinados marcadores como por exemplo, gênero, raça, classe, deficiência, entre outros operam na produção e na naturalização de hierarquias sociais.

Nesse contexto, optamos por problematizar a deficiência enquanto demarcador social, tendo o foco do indivíduo e de suas limitações corporais para as barreiras sociais, culturais e institucionais que tornam certas condições de diferença em desvantagens estruturais. A deficiência, muitas vezes, é vivenciada de forma silenciosa e invisibilizada nos espaços sociais e educacionais, sendo naturalizada como algo individual, quando, na realidade, é produzida e intensificada por barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

Há pesquisas no campo da educação que têm evidenciado que esses mecanismos de exclusão se manifestam de forma bastante explícita em contextos escolares e universitários. Autores como James et al. (2019), exemplificam em estudos empíricos como estudantes de cursos de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) identificam barreiras estruturais e atitudinais que dificultam o engajamento e a permanência de estudantes com deficiência, demonstrando como o ambiente educativo pode reforçar desigualdades se não for criteriosamente analisado.

Além disso, o conhecimento produzido no país tem evidenciado que a deficiência representa uma das dimensões centrais das desigualdades educacionais. Em uma revisão sobre desigualdades educacionais no Brasil, Guimarães Júnior et al. (2024) destacam que a inclusão de estudantes com deficiência ainda é afetada pela falta de infraestrutura adequada e formação docente específica, o que contribui para a perpetuação de desvantagens socioeducacionais.

Ao assumir a deficiência como eixo central de análise, buscamos evidenciar como os sujeitos com deficiência são frequentemente posicionados em lugares de marginalidade, tutela ou incapacidade, reforçando processos de exclusão que se



manifestam tanto no cotidiano escolar quanto nas políticas públicas e nas práticas institucionais. Trata-se, portanto, de deslocar o olhar da deficiência enquanto déficit para compreendê-la como um fenômeno social, atravessado por relações de poder, por disputas de sentido e por lógicas normativas que regulam os corpos e os modos de existir.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir a narrativa de um estudante com deficiência física, cadeirante, matriculado no curso de Licenciatura em Matemática, buscando compreender como ele constrói sentidos sobre sua trajetória pessoal e universitária.

A partir de uma entrevista, buscamos compreender como se configuram suas experiências formativas, os desafios enfrentados em seu percurso acadêmico e os modos pelos quais as estruturas institucionais e pedagógicas produzem processos de inclusão e exclusão.

Caminhos da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da disciplina Seminários Avançados II, do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEduMat). Inicialmente, discutimos a possibilidade de abordar diferentes demarcadores sociais, como gênero e raça, temas debatidos no contexto da disciplina e reconhecidamente relevantes no campo educacional. Entretanto, optamos por investigar a deficiência enquanto demarcador social por compreendermos que, embora igualmente estruturante das desigualdades, muitas vezes permanece menos problematizada no cotidiano da formação docente em Matemática.

A escolha também se fundamenta na intenção de analisar uma experiência concreta vivenciada no contexto universitário, permitindo uma aproximação entre debate teórico e realidade institucional. Assim, o participante é um estudante de Licenciatura em Matemática de uma Universidade do Mato Grosso do Sul, pessoa com deficiência física e usuário de cadeira de rodas. Sua deficiência foi adquirida



na vida adulta, após um acidente ocorrido durante o trabalho em uma fazenda, experiência que passou a marcar sua trajetória pessoal, profissional e educacional.

A entrevista ocorreu por meio de uma conversa por Whatsapp que possibilitou a construção de um espaço dialógico, no qual o participante pudesse elaborar, em primeira pessoa, os sentidos atribuídos à sua trajetória formativa e às experiências vividas no curso de Licenciatura em Matemática. A entrevista contemplou questões, como por exemplo, a trajetória escolar anterior ao ingresso no ensino superior; as experiências de acesso e permanência na Licenciatura em Matemática; as percepções sobre inclusão, exclusão e pertencimento no curso e às relações com colegas e docentes.

Para preservar sua identidade, o participante será identificado por pseudônimo ao longo do texto, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa.

Um dizer que não é só um...

[...]

Então, eu saio da minha casa em torno de 6:30, ando umas cinco quadras longe da minha casa, vou para o ponto para pegar o ônibus. O ônibus para em frente à universidade quase, e ali, pra mim, é tudo bem acessível, não tem dificuldade, não. A dificuldade que eu tenho maior é da minha casa até o ponto, que é uma distância um pouco longe.

E também, nos últimos um ano e meio, ali na universidade eu estou sofrendo com a acessibilidade na questão do elevador, que ficou estragado por um período, mas agora parece que ele já, já estão quase finalizando o conserto dele ou compraram um novo, não sei bem como é que foi. Mas, no restante, ali é bem acessível.

Agora, se eu for olhar para a faculdade toda, eu já não posso dizer muita coisa, porque tem algumas coisas ali que não dá para eu andar. Por ser na cadeira, é um pouco mais complicado. Mas as salas também têm uma certa dificuldade na questão de, às vezes, falta espaço, porque tem muitas cadeiras dentro das salas e tal, mas sempre eles estão ajeitando e estão se adaptando, porque eu acho que eu sou, parece que eu sou o único ali na parte da manhã, não sei se tem à noite. [...]

Então, você tocou num ponto que eu acho bem legal, essa questão do banheiro. Eles fizeram uma reforma de banheiro na universidade, e parece que é uma norma



que tem da prefeitura, não sei, que parece que todos os banheiros adaptados têm que ser fora do banheiro do público, de todos. Só que, para mim, em especial, aquele tipo de banheiro lá ficou terrível, horrível. Eu o utilizo porque é o que eu tenho pra utilizar, mas não ficou, pra mim, não é legal aquilo.

E, na questão da acessibilidade no restante da faculdade, corredor central e tudo, é bem acessível ali. Ali eu consigo ir e entrar em todos os outros prédios, tudo. Biblioteca também é acessível. Eu digo que em alguns lugares ali que não dá pra ir ainda, mas eu acho que é só uma questão de tempo pra eles chegarem a ter essa acessibilidade. Acho que, com o tempo, vai ter, porque tá aumentando o número de pessoas com deficiência ali, então eles vão ter que aumentar essa acessibilidade, né!?

Ali na universidade é exatamente isso, acho que é só eu que tenho ali, mas na faculdade toda eu não sei, eu já não sei quanto que tem. Mas eu acredito que tenha mais.

[...]

Eu entrei na faculdade em 2021. Eu não estou bem no curso, estou bem atrasado. Nem sei quando que eu me informo. Em relação aos professores, são todos muito bons, são muito gentis comigo, atenciosos e tal. Os colegas também. Como eu sou do bacharelado, é bem pouca turma, a turma é bem reduzida. Até às vezes inicia assim, a turma no ano de calouros, iniciam uma turma grande, mas depois ela vai ficando bem rala. Só tem eu da minha idade, no caso. Eu tenho 43 anos.

Eu tenho uma deficiência que me tira um pouco da minha vida, assim, tipo, eu deixei um pouco de viver e demorei para perceber que eu poderia viver de outras maneiras. Que, no caso, eu fui afastado do trabalho, que era uma coisa que eu achava que era a única coisa que eu podia fazer. Então, quando eu fui tirado disso, eu achei que o resto eu deixaria para lá, não queria saber de fazer nada. Quando eu decidi fazer isso, já foi um pouco tarde. Acredito que não seja tarde, mas eu demorei muito para começar.

[...]

Na época, quando eu vim para cá, que eu era da fazenda, eu vim para a cidade para me tratar de um problema, achando que era um problema simples, que eu ia tratar e depois ia voltar para minhas atividades, que era o trabalho na fazenda. Só que eu, na época, tinha 19 anos, então eu não tinha muita ideia das coisas.

Quando eu cheguei aqui, eu levei um choque de realidade com o médico, ele me afastou permanente das minhas atividades laborativas. E, na época, eu entendi isso, que eu não podia fazer mais nada, eu não prestava para mais nada. E tipo, só que eu não era cadeirante nem nada, eu andava e tudo, só que tinha dificuldades, né?



Que é uma doença que eu tenho, é uma doença progressiva, então ela foi me atacando, assim, durante o tempo. Não é que assim, eu já nasci assim. Não, eu nasci normal, cresci até um certo ponto normal, depois que ela começou a aparecer. Neste período, eu não andava na cadeira de rodas nem nada, mas só que eu não andava bem. Tipo, sozinho na rua, andar para todo lado que eu quisesse.

Eu só andava mais dentro de casa ou com algum auxílio de alguém, assim, eu andava um pouquinho, mas tinha que ser em lugares bem planos, assim, não podia ter degraus nem nada. E aí depois eu fui, fui vir ser cadeirante já depois que eu já estava com 30 anos.

Então, nesse período que eu fiquei sem andar na cadeira, eu não fazia nada, porque eu não tinha como fazer, porque eu sempre dependia de alguém para me levar, para me ajudar e tudo. E aí, quando eu fui para a cadeira, eu demorei mais um tempo para eu poder me adaptar, porque tipo, não é assim, você começa a andar na cadeira hoje e amanhã você já sai andando na rua aí como se não tivesse acontecendo nada. Isso daí é uma coisa que demora, leva um tempo para você assimilar na sua cabeça.

Diálogos com a literatura

É necessário discutir sobre a importância, necessidade e a aplicabilidade de normas que garantam a acessibilidade para pessoas com deficiência. Nesse sentido, percebe-se que as normas muitas vezes existem apenas no papel e não são postas em prática, como por exemplo, relatado pelo participante da pesquisa.

A compreensão da deficiência enquanto demarcador social no Brasil exige um diálogo com a produção acadêmica que articula dimensões históricas, sociopolíticas e educacionais. Historicamente, a deficiência foi tratada como um atributo individual e médico, reduzida a um “defeito” do corpo que demandava intervenções reabilitadoras e assistência caritativa (Jannuzzi, 2012; Lobo, 2008). Tal posicionamento, centrado nessa lógica, contribuiu para naturalizar a exclusão e a marginalização de corpos e modos de existir que não se conformavam às normas vigentes.



“Então, eu saio da minha casa em torno de 6:30, ando umas cinco quadras longe da minha casa, e aí que chego no ponto para pegar o ônibus. [...] A dificuldade que eu tenho maior é da minha casa até o ponto, que é uma distância um pouco longe. [...] Ali na Universidade pra mim é tudo bem acessível, não tem dificuldade, não.”

“Nos últimos um ano e meio, ali na Universidade eu tô sofrendo com a acessibilidade na questão do elevador, que ficou estragado por um período [...] Mas no restante ali é bem acessível.”

Segundo autora Jannuzzi (2012, p. 142), “a deficiência foi historicamente compreendida como uma limitação individual, cujo enfrentamento se daria prioritariamente por meio de intervenções médicas e terapêuticas”. Essa perspectiva reducionista ignora os fatores sociais, culturais e econômicos que atravessam e configuram as experiências de exclusão, restringindo a discussão a uma leitura centrada no indivíduo e em suas supostas incapacidades.

“Quando o médico me afastou permanente das minhas atividades laborativas, eu entendi isso que eu não podia fazer mais nada, eu não prestava para mais nada. [...] Eu achava que o trabalho era a única coisa que eu podia fazer. E quando eu fui tirado disso, eu achei que o resto eu deixava pra lá.”

Essa fala é particularmente significativa. Ela revela a internalização de uma lógica produtivista que associa valor social à capacidade laboral. Esse fenômeno mostra como a identidade do sujeito passa a ser reorganizada a partir de um atributo considerado socialmente depreciativo. Essa fala aponta que a exclusão do trabalho frequentemente produz ruptura identitária, pois o trabalho ocupa centralidade na constituição da cidadania. O participante não descreve apenas uma limitação física, mas um colapso simbólico de projeto de vida.

Além disso, ao operar sob essa lógica individualizante, desconsidera-se que a experiência da deficiência não se produz de forma isolada, mas em articulação com outros marcadores sociais, como raça, gênero e classe.

Nesse sentido, uma abordagem interseccional permite compreender que as desigualdades vivenciadas por sujeitos com deficiência são atravessadas por



muitas formas de opressão, que se combinam e se intensificam em determinados contextos. Assim, mais do que afirmar a deficiência como fenômeno social, interessa evidenciar que seus efeitos não se distribuem de forma uniforme, mas se constroem nas relações que atravessam os sujeitos, resultando em experiências singulares de exclusão e de acesso a direitos.

Nos estudos brasileiros sobre educação (Mantoan, 2003; Prieto, 2006; Caiado e Meletti, 2011), a transformação desse paradigma encontra na construção da educação inclusiva enquanto projeto político-pedagógico. A autora Mantoan (2003) enfatiza que a inclusão escolar não pode ser entendida como mera adaptação do sujeito às estruturas existentes, mas sim como uma reconfiguração das práticas e das relações sociais no interior da escola. Para Mantoan, a inclusão exige “um movimento de reestruturação das práticas escolares que permita a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças” (Mantoan, 2003, p. 57).

Ainda no âmbito educacional, a autora Prieto (2006) argumenta que, apesar do avanço normativo, há uma série de barreiras que impedem a concretização da educação inclusiva, especialmente nas escolas públicas brasileiras. Prieto (2006) aponta que essas barreiras não são apenas físicas, mas também atitudinais e institucionais, reforçando relações de exclusão e segregação. Os autores Caiado e Meletti (2011) indicam que a escolarização não necessariamente se traduz em participação efetiva e aprendizagem, uma vez que “a ausência de condições adequadas de atendimento dificulta a promoção de experiências educativas que respeitem as diferenças” (p. 628).

“Eles fizeram uma reforma de banheiro lá, e aí parece que é uma norma que tem da prefeitura [...] que todos os banheiros adaptados têm que ser fora do banheiro do público. Só que pra mim em especial, aquele tipo de banheiro lá ficou terrível, horrível. Eu utilizo ele porque é o que eu tenho pra utilizar, mas pra mim não é legal aquilo.”



O debate se amplia quando se considera o ensino superior, como por exemplo destacam os autores Silva e Ferreira (2017), em sua discussão sobre inclusão no contexto universitário, evidenciam que os desafios não se limitam ao acesso, mas se estendem às condições de permanência, acessibilidade e formação docente. Os autores argumentam que políticas de apoio são insuficientes se não forem acompanhadas de transformações estruturais nas instituições de ensino, “a inclusão no ensino superior exige não apenas a garantia de matrícula, mas a criação de condições efetivas para participação e realização acadêmica” (Silva; Ferreira, 2017, p. 209).

“Eu fui vir ser cadeirante já depois que eu já estava com 30 anos. [...] Não é assim, você começa a andar na cadeira hoje e amanhã você já sai andando na rua como se não tivesse acontecendo nada. Isso é uma coisa que demora, leva um tempo para você assimilar na sua cabeça.”

Em concordância, os autores Diniz, Barbosa e Santos (2009) discutem uma perspectiva sociopolítica articulada aos debates de deficiência sobre direitos humanos e justiça social. Os autores afirmam que:

“a deficiência não é apenas um atributo corporal, mas resultado da interação entre impedimentos e barreiras sociais, econômicas e culturais, que estruturam regimes de exclusão (Diniz; Barnosa; Santos, 2009, p. 68).

Com isso, essa formulação reforça a noção de deficiência como fenômeno socialmente produzido. Essa abordagem se aproxima de modelos sociais da deficiência, que deslocam o foco da individualidade para as condições estruturais que organizam desigualdades.

Assim, um ponto que cabe destaque é a produção normativa brasileira que constitui um campo de tensionamento entre direitos legalmente consagrados e práticas institucionais. A Constituição Federal de 1988 representou um marco civilizatório, ao reconhecer o direito à educação em condições de igualdade para pessoas com deficiência e ao assegurar a universalização de direitos sociais. No



entanto, esses avanços normativos enfrentam desafios de implementação, como evidenciado em estudos que analisam a distância entre enunciados legais e realidades escolares concretas (Prieto, 2006; Caiado; Meletti, 2011).

Por fim, ao articular as contribuições de pesquisadores brasileiros que abordam a deficiência como construção social e analisam os desafios de políticas públicas e práticas educacionais, esta pesquisa se insere em um campo de estudos que não apenas denuncia barreiras e desigualdades, mas também aponta caminhos para reflexão crítica no âmbito da Educação Matemática.

O que se produz nos encontros...

Ao acompanhar a narrativa do estudante, não se busca extrair dela uma verdade única sobre a inclusão no ensino superior, mas atentar para aquilo que se produz nos encontros entre corpo, espaço e instituição. Nesse movimento, a acessibilidade deixa de ser compreendida como uma condição previamente dada e passa a ser percebida como algo que se constitui de forma situada, instável e, por vezes, contraditória. Não se trata, portanto, de falar por ele, mas de estar com o que ele diz, de acompanhar suas palavras e, a partir delas, conversar, tensionar, pensar. O que nos move aqui não é traduzir sua experiência, mas ver o que pode surgir desse encontro, ainda que de forma mínima, como possibilidade de fazer pensar, deslocar ou repensar questões sobre inclusão e formação.

Os deslocamentos cotidianos narrados evidenciam que a circulação no espaço universitário é atravessada por uma combinação de possibilidades e limites. Se, por um lado, determinados ambientes são descritos como acessíveis, por outro, persistem barreiras que dificultam ou mesmo impedem sua presença, como a distância até o ponto de ônibus, a indisponibilidade de elevadores e a organização das salas de aula.



As discussões desenvolvidas neste artigo evidenciam que a deficiência, enquanto demarcador social, ultrapassa a dimensão corporal e se constitui nas relações entre sujeito, instituição e sociedade. A narrativa do estudante participante revela que as barreiras enfrentadas no ensino superior não se restringem à acessibilidade física, mas abrangem dimensões urbanas, simbólicas e subjetivas. Nesse sentido, não se trata de afirmar a presença ou a ausência de acessibilidade, mas de reconhecer que ela se produz de maneira desigual, aparecendo nas relações entre infraestrutura, organização institucional e modos de uso do espaço.

“Eu digo em alguns, alguns lugares ali que não dá pra ir ainda, mas eu acho que é só uma questão de tempo para eles, eh, chegar a ter essa acessibilidade. Acho que com o tempo acho que vai ter, porque está aumentando o número de pessoas com deficiência ali, então, eles vão ter que aumentar essa acessibilidade, né?”

Ao afirmar que acredita que, “com o tempo”, a acessibilidade será ampliada, o estudante inscreve a inclusão em um horizonte de expectativa, indicando que ela não se realiza agora, mas permanece em construção. Nesse sentido, a inclusão se apresenta menos como um estado alcançado e mais como um processo em disputa.

Por fim, ao acompanhar todas essas falas e compartilhar sua trajetória, o estudante evidencia que viver com a deficiência não se limita ao espaço universitário, mas atravessa diferentes dimensões da vida. Ao narrar o período em que se afastou do trabalho e passou a compreender a si mesmo como alguém que “não prestava para mais nada”, vai se tornando visível como discursos sobre capacidade e produtividade atravessam e produzem modos de existir.

Referências



BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. **Educação especial na educação básica: análise de indicadores educacionais brasileiros**. Educação & Sociedade, v. 32, n. 117, p. 623–640, 2011.

GUIMARAES JUNIOR, J. C.; GURGEL, M. R. F.; COSTA, H. C. M.; BITENCOURT, V. M. M.; SALES, R. L.; BRAGA, F. C.; ALVES, J. G.; RAMOS, A. B. **Estudos sobre desigualdades educacionais no Brasil: uma análise sobre alguns estudos de desigualdades na educação básica no Brasil**. Revista FT: Ciências Humanas, v. 28, n. 138, set. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202409302241. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384539228_ESTUDOS_SOBRE_DESIGUALDADES_EDUCACIONAIS_NO_BRASIL_UMA_ANALISE_SOBRE_ALGUNS_ESTUDOS_D_E_DESIGUALDADES_NA_EDUCACAO_BASICA_NO_BRASIL. Acesso em: 15 jun. 2026.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 65–77, 2009.

JANNUZZI, C. S. B. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012.

JAMES, W.; LAMONS, K.; SPILKA, R.; BUSTAMANTE, C.; SCANLON, E.; CHINI, J. J. **Hidden walls: STEM course barriers identified by students with disabilities**. In: Physics Education Research Conference (PERC), 2019, Provo. Proceedings [...]. Provo: PERC, 2019. p. 257–262. Disponível em: <https://www.per-central.org/items/detail.cfm?ID=15285>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LOBO, L. F. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PRIETO, R. G. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e desafios**. Educação & Sociedade, v. 27, n. 96, p. 679–700, 2006.

SILVA, L. M.; FERREIRA, J. R. **Inclusão no ensino superior: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 2, p. 201–216, 2017.